

UHE ESTREITO

**Câmara Técnica de Análise de Projetos – CTAP
Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH**

**Outubro de 2007
Brasília - DF**

Fábio Lavor Teixeira

LEGISLAÇÃO PERTINENTE

LEI 9.433/97

Art. 12. Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos:

§ 2º A outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estará subordinada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado na forma do disposto no inciso VIII do art. 35 desta Lei, obedecida a disciplina da legislação setorial específica.

Art. 14. A outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal.

Art. 52. Enquanto não estiver aprovado e regulamentado o Plano Nacional de Recursos Hídricos, a utilização dos potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica continuará subordinada à disciplina da legislação setorial específica.

LEGISLAÇÃO PERTINENTE

LEI 9.984/00

Art. 4º A atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabendo-lhe:

IV - outorgar, por intermédio de autorização, o direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, observado o disposto nos arts. 5º, 6º, 7º e 8º

LEGISLAÇÃO PERTINENTE

LEI 9.984/00

Art. 7º Para licitar a concessão ou autorizar o uso de potencial de energia hidráulica em corpo de água de domínio da União, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá promover, junto à ANA, a prévia obtenção de declaração de reserva de disponibilidade hídrica.

§ 2º A declaração de reserva de disponibilidade hídrica será transformada automaticamente, pelo respectivo poder outorgante, em outorga de direito de uso de recursos hídricos à instituição ou empresa que receber da ANEEL a concessão ou a autorização de uso do potencial de energia hidráulica.

LEGISLAÇÃO PERTINENTE

ANA

RESOLUÇÃO Nº 131, de 11 de março de 2003

Dispõe sobre procedimentos referentes à emissão de declaração de reserva de disponibilidade hídrica e de outorga de direito de uso de recursos hídricos, para uso de potencial de energia hidráulica superior a 1 MW em corpo de água de domínio da União e dá outras providências.

Art. 7º Os detentores de concessão e de autorização de uso de potencial de energia hidráulica, expedidas até a data desta Resolução, ficam dispensados da solicitação de outorga de direito de uso dos recursos hídricos.

DECRETO DE 26 DE NOVEMBRO DE 2002

**OUTORGA CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE POTENCIAL
HIDRÁULICO, POR MEIO DA USINA HIDRELÉTRICA
DENOMINADA ESTREITO, EM TRECHO DO RIO
TOCANTINS, ESTADOS DO TOCANTINS E MARANHÃO**

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 094/2002 - ANEEL

AHE ESTREITO

27 de dezembro de 2002

**CONTRATO DE USO DE BEM PÚBLICO PARA GERAÇÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA, QUE CELEBRAM A UNIÃO E AS
EMPRESAS QUE CONSTITUEM O CONSÓRCIO ESTREITO
ENERGIA – CESTE**

O Contrato de Concessão n.º 094/2002 – ANEEL - AHE Estreito, de 27 de dezembro de 2002, é de um período em que a Concessão tinha força de outorga de uso da água

Nesse sentido não houve necessidade da obtenção da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica emitida pela Agência Nacional de Águas, ressaltando que a Resolução ANA nº 131, de Março de 2003, prevê em seu Art. 7º que os detentores de concessão e de autorização de uso de potencial de energia hidráulica, expedidas até a data daquela Resolução, ficam dispensados da solicitação de outorga de direito de uso dos recursos hídricos

Fábio Lavor Teixeira

**Superintendência de Gestão e Estudos
Hidroenergéticos - SGH**

flavor@aneel.gov.br

(61) 2192.8466